COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 106, DE 2007.
(Aposos: Projetos de Lei Complementar nºs 392, de 2008; 112,
de 2007; e 509, de 2009)

Acrescenta novos parágrafos ao art. 17 da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para equiparar as administradoras de cartão de crédito às instituições financeiras.

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Relator: Deputado PAES LANDIM

I – RELATÓRIO

O projeto de lei complementar em epígrafe, apresentado pela Comissão de Legislação Participativa – a partir da Sugestão n.º 112, de 2005, do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul, Minas Gerais – acrescenta parágrafos ao art. 17 da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para equiparar as administradoras de cartão de crédito às instituições financeiras.

A proposição, tramitando em regime de prioridade e sujeita à apreciação do Plenário, foi distribuída, para juízo de mérito e do art. 54, I, do RICD, à Comissão de Finanças e Tributação, tendo sido por ela aprovada, ao tempo que consignou não caber pronunciamento sobre a sua adequação orçamentária e financeira.

Posteriormente, a Presidência da Casa alterou o despacho inicial apostado ao PLP n.º 106/2007, submetendo-o, em consequência, à Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) para avaliação de seu mérito.

Nesse íterim, foram apensados à proposição original os Projetos de Lei Complementar n.º 392, de 2008, do Deputado Vital do Rêgo Filho, com igual escopo, e n.º 112, de 2007, do Deputado Jovair Arantes, este, com o fim de equiparar a sociedade de fomento mercantil à instituição financeira.

Nessa última Comissão, tendo sido rejeitado o parecer do relator que aprovava apenas o PLP n.º 112/2007, foi considerado vencedor o voto manifestado pelo Deputado Celso Russomanno que, ao contrário, aprovava os PLP n.ºs 106/2007 e 392/2008, na forma de Substitutivo que apresentou, enquanto rejeitava o Projeto de Lei Complementar n.º 112/2007.

Agora, as proposições sob exame encontram-se, em atenção ao estatuído pelo art. 54, I, do Regimento Interno, nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para, em caráter terminativo, realizar o indispensável exame de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esse Órgão Colegiado manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos projetos de lei complementar e do Substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Estudo patrocinado pela Consultoria Legislativa desta Casa, subscrito pelo ilustre Consultor Cassiano Luiz Crespo Alves Negrão, analisou a questão constitucional da iniciativa de leis de regência do Sistema Financeiro Nacional e concluiu que a Lei nº 4.595, de 1964, com status de lei complementar, outorgou ao Conselho Monetário Nacional a competência normativa para versar sobre o sistema financeiro nacional. O estudo é enfático ao concluir que “não bastaria, contudo, a formatação de projeto de lei complementar. Nos estritos termos dos arts. 61, § 1º, II e 84, VI, da Constituição Federal, a iniciativa dessas normas, que alterarão o desenho

institucional de entidades integrantes da Administração Federal (CMN e Banco Central), caberia privativamente ao Presidente da República. Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem-se firmado pela inconstitucionalidade de normas de iniciativa parlamentar que remodelam as atribuições de órgãos concedente à estrutura administrativa do Poder Executivo (ADI 3254-ES, 16.11.2005)”.

Vai além: “Os esforços promovidos ao longo de décadas, consubstanciados em projetos de lei complementar que pretendiam conferir nova disciplina ao sistema financeiro, esbarram na circunstância de que, para modificar a moldura atual – em que a majoritária parcela do poder normativo da atividade financeira compete ao Conselho Monetário Nacional e, complementarmente, ao Banco Central – a iniciativa haveria de ser do Poder Executivo”.

Esse aspecto, inclusive, provocou a declaração, por parte desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de inconstitucionalidade dos Projetos de Lei Complementar nºs 138/04, 161/04 e 143/04.

Some-se a isso o fato de que a Lei nº 4.595, de 1964, no entanto, já estabelece ser de competência do Conselho Monetário Nacional, a atuação sobre o citado segmento, a saber: (i) adaptar o volume dos meios de pagamento (incluindo, portanto, os cartões de crédito e débito) às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento (artigo 3º, I, da Lei 4.595/64); (ii) propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros (aqui incluídos os cartões de crédito e débito), com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos (artigo 3º; V, da Lei 4.595/64); e (iii) disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras (artigo 4º, VI, da Lei 4.595/64).

Faz prova que o Conselho Monetário Nacional é órgão competente para regulamentar o setor o fato de que recentemente, por meio das Resoluções nº 3.919 de 25 de novembro de 2010; 3.954, de 24 de fevereiro de 2011; 4.021, de 29 de setembro de 2011; 4.198, de 15 de março de 2013, entre outras que, aplicaram ao segmento de cartões algumas diretivas anteriormente impostas às

instituições financeiras, principalmente no tocante a limitação do número de tarifas passíveis de cobrança entre outras medidas.

Entre as medidas impostas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN estão a padronização das tarifas e definição do período de reajuste e prazo de divulgação; configuração de um cartão de crédito "básico"; proibição do envio de cartão sem solicitação; informação sobre os encargos e saldo remanescente das faturas para o mês seguinte; e fornecimento de extrato anual com descrição das tarifas, juros e multas praticadas no ano anterior pela emissora de cartão. As normas reduziram de oitenta para apenas cinco o número de tarifas passíveis de cobrança dos consumidores.

Observe-se, adicionalmente, que as Resoluções mencionadas reúnem disposições aplicáveis tanto às instituições financeiras quanto ao segmento de cartão de crédito, atestando que o propósito buscado pelo projeto encontra-se plenamente atendido e que a atividade de cartões é supervisionada pelo citado CMN e que tais entidades já se encontram equiparadas.

Assim, não vislumbramos como correta a afirmação do autor de que tal segmento estaria isento de qualquer tipo de fiscalização por parte das autoridades governamentais, especialmente do Banco Central que, segundo a Lei nº 4.595, de 1964 é, sem dúvida, o órgão competente para fazê-lo.

O próprio Superior Tribunal de Justiça, através da Súmula 283, de 28 de abril de 2004 (DJ 13.05.2004), pacificou o entendimento de que “as administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras”.

Assim, é oportuno mencionar que, no caso das empresas de cartão de crédito, a declaração de inconstitucionalidade dos projetos ora proposta não trará prejuízos, tendo em vista que o escopo das matérias encontra-se plenamente alcançado pelo atual ordenamento jurídico e que medidas concretas que consubstanciam esse entendimento foram, como mencionamos, tomadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto é pela inconstitucionalidade dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 106, de 2007, principal; 112, de 2007; 392, de 2008; e 509, de 2009, apensados, bem como do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, restando prejudicadas as demais análises quanto a juridicidade e técnica legislativa.

Sala da Comissão, em 26 de abril de 2013.

Deputado **PAES LANDIM**

Relator